

OS EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PANDEMIA DE COVID 19: ESTUDO DE CASO EM GRUPO SELECIONADO DE FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO, ARARAQUARA/SP.

Paloma Maria Bernar

RESUMO

Com a situação pandêmica causada pelo vírus da Covid-19 (SARS-CoV-2) vivenciados atualmente, inúmeros setores sofreram impactos advindos muitas vezes até mesmo das medidas tomadas para a contenção do vírus. Essas medidas afetaram diretamente os assentamentos de reforma agrária, onde a presença da agricultura familiar e formas mais rústicas de produção e comercialização estão presentes em grande parte dos lotes. Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo central analisar os efeitos e impactos da pandemia nas famílias residentes do assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara /SP. Para isso é utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa por meio de entrevista com famílias selecionadas da comunidade. Os resultados obtidos indicam que a Prefeitura de Araraquara e as ações da própria comunidade garantiram que famílias tivessem condições para o enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Assentamento; Covid-19; Reforma agrária.

ABSTRACT

With the pandemic situation caused by the Covid-19 virus (SARS-CoV-2) currently experienced, numerous sectors have suffered impacts, often even from the measures taken for the contingency of the virus. These measures directly affected the agrarian reform settlements, where the presence of family farming and more rustic forms of production and marketing are present in most of the lots. This course conclusion work has as main objective to analyze the effects and impacts of the pandemic on the families residing in the Bela Vista do Chibarro settlement in Araraquara, S.P., for this purpose, the qualitative research methodology is used through interviews with selected families from the community. The results obtained indicate that the Municipality of Araraquara, S.P., and the actions of the community itself ensured that families were able to face the pandemic.

Keywords: Settlement;. Covid-19; Land reform.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia mundial causada pelo novo Corona-vírus (SARS-CoV-2) afetou diretamente milhões de pessoas, causando impactos diretamente em nossa economia e em nossa interação social. Diversos setores sofreram grandes alterações devido às novas normas sanitárias e às medidas contra a disseminação do vírus. A pandemia do corona-vírus assumiu no Brasil a dimensão de uma catástrofe humanitária (PAIVA e PAIVA, 2021). Os reflexos da pandemia serão sentidos nos mais diversos setores da sociedade, desde os setores do comércio até o setor de produção agrícola, trazendo diversas dificuldades para os trabalhadores.

O contexto da pandemia de Covid-19 recoloca o tema da alimentação como atividade fundamental (DIAS e BEZERRA, 2021). A produção e logística de alimentos foram severamente afetadas pela pandemia, muitos pequenos produtores enfrentam novas barreiras e incertezas relacionadas à comercialização de seus produtos. Essas incertezas repercutem de forma aguda em assentamentos provenientes da reforma agrária, onde a atividade predominante é a agricultura familiar, conforme definido pelo IBGE:

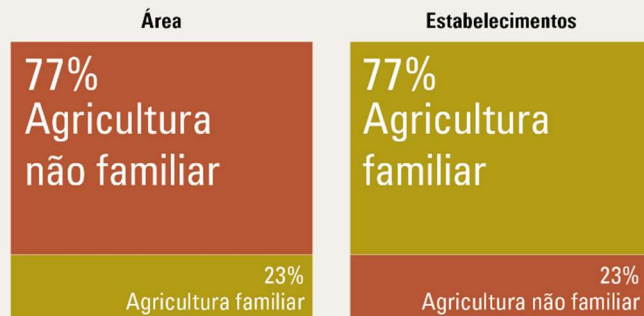
De acordo com a Lei 11.326, para ser classificado como agricultura familiar o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até 4 módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar. (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE, em 2017 a agricultura familiar compunha 3,9 milhões de produtores de pequeno porte, representando cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas no país. Figura 1. É nos assentamentos que grande parte destes produtores estão instalados.

Figura 1. - Gráfico Agricultura Familiar Índices 2017

Agriculturas familiar e não familiar

Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos



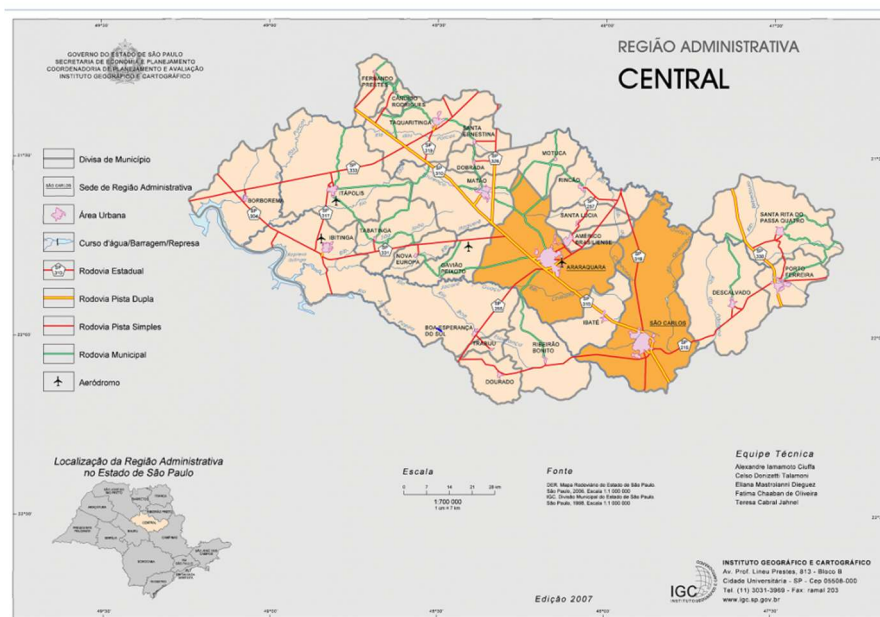
Fonte: Censo Agropecuário 2017

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

Fonte: BRASIL. IBGE. . **Censo Agro 2017**. 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 01 mar. 2022.

A presente pesquisa busca estudar os impactos provocados pela pandemia sobre a vida de um grupo de famílias residentes no Assentamento Bela Vista do Chibarro, no Município de Araraquara - SP. Segundo IGC - Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, o Assentamento Bela Vista do Chibarro de Araraquara faz parte da região administrativa de Central, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Mapa Região Administrativa Central.



Fonte: IGC (São Paulo). **Mapas Individuais das Regiões Administrativas e Metropolitanas**. 2021. Instituto de Geográfico e Cartográfico. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html. Acesso em: 12 nov. 2021.

Como aponta Caires (2011) a assentamento Bela Vista do Chibarro foi palco de uma grande e longa história envolvendo grandes lutas por sua população até a chegada da reforma agrária e a divisão dos lotes pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 1989. Hoje o assentamento conta com 210 lotes, sendo 201 ocupados por famílias assentadas, segundo informações do próprio INCRA (2021), encontradas na relação de projetos de Reforma Agrária. Essas famílias devem obrigatoriamente produzir em suas terras, condição imposta pelo INCRA. Considerando que grande parte dessas famílias tende a desempenhar atividades de agricultura familiar, venda de artigos artesanais e caseiros, buscamos através desta pesquisa, encontrar elementos para entender como as famílias assentadas mantiveram suas atividades neste período pandêmico, visto que a região onde o assentamento se encontra foi alvo de diversas restrições para contenção do vírus.

Daí resulta o objetivo geral da pesquisa, busca fazer um apontamento sobre como a pandemia do novo coronavírus (Covid - 19) afetou as famílias selecionadas do assentamento Bela Vista, visando observar os aspectos das mudanças sociais e econômicas dessas famílias

Para o alcance desses objetivos, buscou-se responder às seguintes questões:

1. Quais foram às alternativas que mais foram utilizadas pelas famílias na pandemia para garantir sua renda,
2. Qual foi o agente público que foi presente para estas famílias neste período,
3. Quais foram às dificuldades em comum impostas pela pandemia
4. Quais são as perspectivas futuras para estes moradores.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho seguirá o delinamento de estudo de casos múltiplos O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular (GODOY, 1995. p 25). A pesquisa terá o formato qualitativo.

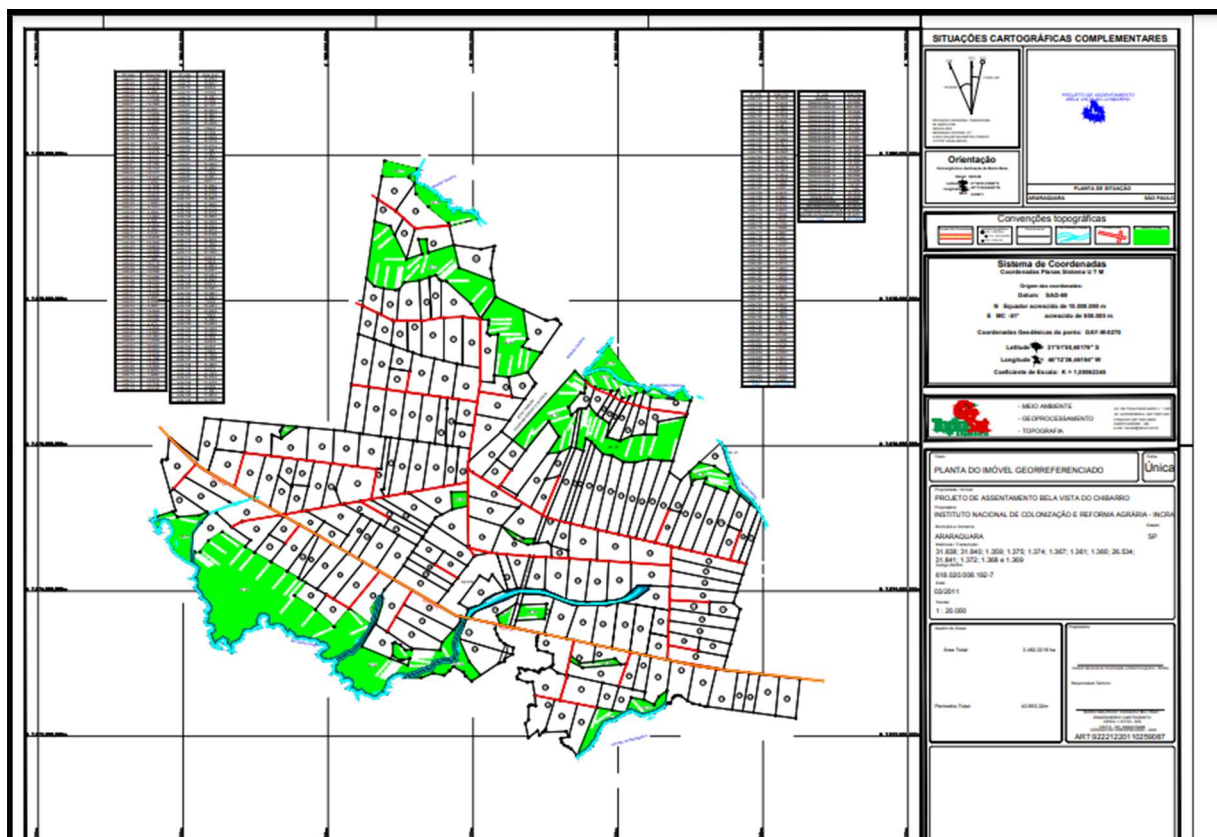
A obtenção dos dados seguiu pela metodologia descritiva com indícios da metodologia exploratória, para tal, o critério definido será a abordagem documental, e entrevistas individuais com 5 famílias que realizam diferentes atividades dentro do próprio assentamento.

O trabalho teve como foco famílias que residem no Assentamento Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara/SP. O local faz parte da zona rural do município, tem como principal via de acesso a Rodovia ARA-287 (São Paulo; 2013). O assentamento foi

dividido em 210 lotes, 22 áreas de reserva legal, Agrovila, entre outros sítios e área de preservação permanente, a área total do assentamento é 3.482,3219 ha. (INCRA, 2021).
Figura 3.

O Assentamento Bela Vista do Chibarro é hoje um dos mais importantes do Estado de São Paulo, com uma estrutura que o diferencia de outros projetos do tipo, isso resulta da herança obtida da Usina Tamoio (CAIRES, 2011. p. 96).

Figura 3. Planta Assentamento Bela Vista do Chibarro



Nº Lote	Área (ha)	Nº Lote	Área (ha)	Nº Lote	Área (ha)	Nº Lote	Área (ha)
Lote 01	15,6652	Lote 74	15,9762	Lote 147	16,4300	Agrícola	31,6148
Lote 02	19,7225	Lote 75	15,9047	Lote 148	15,9038	Reserva Legal 01	23,6084
Lote 03	16,8516	Lote 76	8,4044	Lote 149	15,5500	Reserva Legal 02	202,3251
Lote 04	9,3297	Lote 77	7,7774	Lote 150	15,9034	Reserva Legal 03	70,8385
Lote 05	17,8149	Lote 78	16,1991	Lote 151	15,7042	Reserva Legal 04	17,0324
Lote 06	17,7208	Lote 79	8,3698	Lote 152	9,7548	Reserva Legal 05	4,2127
Lote 07	15,7865	Lote 80	8,1107	Lote 153	10,4811	Reserva Legal 06	4,6704
Lote 08	8,4641	Lote 81	16,0813	Lote 154	13,5359	Reserva Legal 07	23,1930
Lote 09	17,6552	Lote 82	16,0697	Lote 155	15,7104	Reserva Legal 08	2,5674
Lote 10	16,6035	Lote 83	16,3951	Lote 156	15,9482	Reserva Legal 09	4,7447
Lote 11	16,4455	Lote 84	16,4448	Lote 157	15,7911	Reserva Legal 10	2,0205
Lote 12	7,9512	Lote 85	7,8247	Lote 158	16,3159	Reserva Legal 11	8,2546
Lote 13	16,8802	Lote 86	8,1056	Lote 159	16,0545	Reserva Legal 12	18,1927
Lote 14	8,8182	Lote 87	15,8928	Lote 160	8,4735	Reserva Legal 13	89,6482
Lote 15	15,4100	Lote 88	16,3719	Lote 161	12,4317	Reserva Legal 14	44,4656
Lote 16	8,1756	Lote 89	17,4714	Lote 162	10,2259	Reserva Legal 15	15,7287
Lote 17	18,4548	Lote 90	19,3581	Lote 163	14,1461	Reserva Legal 16	6,5748
Lote 18	15,9776	Lote 91	9,7867	Lote 164	14,2644	Reserva Legal 17	13,2587
Lote 19	16,5151	Lote 92	17,6054	Lote 165	15,4323	Reserva Legal 18	58,6962
Lote 20	16,0181	Lote 93	19,0483	Lote 166	7,0266	Reserva Legal 19	17,4755
Lote 21	16,1780	Lote 94	16,4020	Lote 167	3,0291	Reserva Legal 20	7,8109
Lote 22	16,1107	Lote 95	7,7693	Lote 168	8,2675	Reserva Legal 21	1,1906
Lote 23	15,7317	Lote 96	15,9401	Lote 169	8,0883	Reserva Legal 22	49,6634
Lote 24	16,0487	Lote 97	8,2311	Lote 170	8,6210	Estrada Vicinal	24,8455
Lote 25	7,8704	Lote 98	16,0554	Lote 171	8,4739	Estrada Municipal	9,4955
Lote 26	16,1828	Lote 99	16,5768	Lote 172	8,2253	Sítio Maria Conceição	27,6272
Lote 27	16,1013	Lote 100	16,2118	Lote 173	7,8338	Preservação Permanente	19,5775
Lote 28	16,5373	Lote 101	16,2564	Lote 174	7,8141	Serviço de Passagem CPFL	18,4470
Lote 29	16,0234	Lote 102	17,4640	Lote 175	8,1164	Total	817,7805
Lote 30	7,8340	Lote 103	15,3119	Lote 176	7,9488		
Lote 31	9,7515	Lote 104	16,9778	Lote 177	9,5857		
Lote 32	9,2036	Lote 105	16,0525	Lote 178	8,3461		
Lote 33	15,8881	Lote 106	15,7675	Lote 179	7,7743		
Lote 34	8,0221	Lote 107	18,0743	Lote 180	7,4747		
Lote 35	16,2634	Lote 108	16,6075	Lote 181	8,2143		
Lote 36	8,3520	Lote 109	16,6198	Lote 182	7,8104		
Lote 37	8,8183	Lote 110	18,8216	Lote 183	7,7076		
Lote 38	16,4434	Lote 111	17,7625	Lote 184	8,4074		
Lote 39	16,1693	Lote 112	8,7592	Lote 185	7,4623		
Lote 40	15,8810	Lote 113	16,1222	Lote 186	7,4330		
Lote 41	16,0805	Lote 114	8,3210	Lote 187	7,9678		
Lote 42	16,0599	Lote 115	7,9835	Lote 188	7,9145		
Lote 43	7,9885	Lote 116	16,2893	Lote 189	9,2900		
Lote 44	16,0112	Lote 117	15,4337	Lote 190	7,9852		
Lote 45	16,0490	Lote 118	15,3364	Lote 191	7,9118		
Lote 46	16,0386	Lote 119	16,9540	Lote 192	5,7607		
Lote 47	16,0489	Lote 120	8,0972	Lote 193	8,0817		
Lote 48	15,7701	Lote 121	15,5487	Lote 194	8,1238		
Lote 49	16,7785	Lote 122	15,3587	Lote 195	7,5898		
Lote 50	15,7799	Lote 123	14,9984	Lote 196	6,7829		
Lote 51	15,8369	Lote 124	7,8206	Lote 197	7,6254		
Lote 52	8,2245	Lote 125	15,4463	Lote 198	7,6215		
Lote 53	8,2154	Lote 126	15,2546				
Lote 54	8,5007	Lote 127	7,5822				
Lote 55	15,9908	Lote 128	15,3084				
Lote 56	16,0264	Lote 129	15,4023				
Lote 57	16,0369	Lote 130	15,3409				
Lote 58	8,6774	Lote 131	15,5320				
Lote 59	15,4940	Lote 132	8,7656				
Lote 60	15,9887	Lote 133	8,4845				
Lote 61	16,1897	Lote 134	6,3767				
Lote 62	17,8322	Lote 135	7,0843				
Lote 63	16,9251	Lote 136	16,3306				
Lote 64	16,2931	Lote 137	16,7525				
Lote 65	15,9078	Lote 138	16,4969				
Lote 66	16,1588	Lote 139	6,2379				
Lote 67	15,9641	Lote 140	14,1935				
Lote 68	16,0962	Lote 141	16,3793				
Lote 69	6,6312	Lote 142	17,3175				
Lote 70	7,8288	Lote 143	6,4968				
Lote 71	15,8772	Lote 144	17,3891				
Lote 72	10,1749	Lote 145	17,2874				
Lote 73	22,9145	Lote 146	16,7425				

Fonte: BERNAR, Paloma Maria. Estou realizando pesquisa para Monografia e preciso da área total em hectares do Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara/SP, e, em quantos lotes esta área esta dividida atualmente. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária>. em: 26 nov. 2021.

Para as entrevistas foram selecionadas 5 (cinco) famílias que realizassem diferentes atividades dentro do assentamento. As entrevistas foram realizadas por chamada de vídeo,

visto que muitos moradores apresentaram receio em participar. Todas as entrevistas foram autorizadas, gravadas e transcritas no trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

O assentamento Bela Vista do Chibarro de Araraquara possui uma grande história de ocupação e de lutas por direitos básicos, e, mesmo com a reforma agrária, suas lutas ainda persistem. Girardi e Fernandes (2008) expõem que:

“A contradição aparece quando verificamos os que em 2004 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contou 72 milhões de brasileiros residindo em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, não tinham garantias de alimento em quantidade e em qualidade. Desses brasileiros, 15,4 milhões eram moradores da zona rural, camponeses depauperados ao ponto de não conseguirem estrutura mínima para produzir nas suas terras o seu próprio alimento (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 3)”

Todo o percurso na busca pela reforma agrária conta com um período de luta através de movimentos sociais, movimentos estes que buscam de alguma forma mudar o descaso sofrido por estas populações. Uma característica apontada por Fernandes (2016, p. 57) é que o processo de luta pela reforma agrária e, conseqüentemente, a formação dos assentamentos rurais são marcados pela emergência de disputas entre latifundiários e trabalhadores. Com o assentamento Bela Vista não foi diferente, todo seu processo histórico inicia-se em 1917 com a compra das terras pela família Morganti e a instauração do Império Morganti com a usina Tamoio. Mesmo com todas as dificuldades ocorridas, o Bela Vista conquistou enfim a reforma agrária, porém a existência de diversas dificuldades sociais e econômicas pela população ainda são presentes. Atualmente essas dificuldades foram agravadas pela situação pandêmica vivida.

O avanço da Covid-19 (SARS-CoV-2) pelo mundo caracterizou uma grande pandemia. A OMS declarou que o surto do corona vírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional (Opas, 2021). A pandemia atingiu o território brasileiro com o primeiro caso notificado em fevereiro/2020, se alastrando rapidamente. Para Werneck (2020), os desafios no Brasil são maiores ainda devido ao contexto de desigualdade social, com população vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração. Com a chegada da pandemia a vulnerabilidade social se torna ainda mais evidente.

O Brasil, nas últimas décadas, vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (GOMES; PEREIRA, 2005). As famílias que vivem tais desigualdades muitas vezes passam por dificuldades em ter acesso à educação, saúde e a direitos sociais básicos. Tal situação força essa população a sobreviver em uma estrutura cíclica de pobreza onde, por muitas vezes, para garantir sustento às famílias, seus componentes vendem sua força de trabalho a salários baixos.

Assim, os assentamentos rurais fazem parte desta parcela da população onde as necessidades básicas chegam de forma precária, como aponta Silva e Castro (2006)

A implantação de assentamentos da reforma agrária – a grande maioria deles sem estudos prévios e sem se conhecer previamente os riscos de agravos à saúde existentes em cada região que os mesmos são implantados (Silva e Castro, 2002 apud BORGES, 2006).

Os assentamentos da reforma agrária abrangem um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e pelo ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Ambas as instituições são entidades que visam regulamentar e organizar as atividades agrárias e ambos auxiliam programas PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com a regulamentação exercida por estes programas, grandes áreas rurais pertencentes a um único proprietário passam a ser desapropriadas pela reforma agrária e subdivididas entre diversas famílias.

A Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais mediante alterações no regime de posse e uso, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme preconiza a Lei nº 4.504/64 - Estatuto da Terra. (INCRA, 2020).

O responsável pelo Assentamento Bela Vista do Chibarro é o INCRA, ele determina a regra de que o morador, ao adquirir a parcela ou lote do terreno, compromete-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar, (INCRA, 2020). O sustento colocado pelo INCRA engloba o sustento familiar em termos de mantimentos e em termos de forma de geração de renda:

A política de disponibilização de recursos, incentivos e capacitação, mantém o assentado na terra e forma empreendedores rurais em sintonia com boas práticas em sustentabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social. (INCRA, 2020)

Essas famílias utilizam da agricultura familiar, produção de artesanatos e outros condimentos, para garantir a subsistência de sua renda e a obediência às normas do INCRA, como mostra estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária:

De acordo com a Lei nº 11.326/2006, para ser considerado como agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha, no máximo, quatro módulos fiscais (que varia conforme o município e a proximidade maior ou menor com as zonas urbana e rural), onde seja utilizada predominantemente mão de obra da própria família, assim como a base de sustentação da renda familiar tenha origem nas atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento.” (EMBRAPA, 2014).

Para a realização deste estudo de caso, buscamos como foco um grupo selecionado de famílias residentes no assentamento Bela Vista do Chibarro, localizado no município de Araraquara/SP, visto que sua fonte de renda foi afetada diretamente com as medidas preventivas e protetivas do Comitê de Tratamento e Prevenção ao novo corona-vírus. Buscaremos entender como a pandemia de Covid -19 afetou este grupo e quais foram as estratégias selecionadas para se sobressair e garantir o sustento dentro do lote. As informações necessárias foram colhidas através de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo. Sendo assim, a questão a ser pesquisada neste trabalho é quais os principais impactos pela pandemia da Covid-19 em um grupo selecionado de famílias do Assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara. SP?

Para entender o processo de surgimento e organização de um assentamento, precisamos entender o processo de divisão de terras no Brasil. O processo de divisão de terras no Brasil, sempre ocorreu de forma letárgica, sendo em 1534 as capitânicas hereditárias o primeiro sistema existente. Nele era concedido ao donatário o privilégio de só ele instalar moendas e outros engenhos, (SERRA, 2002, p. 232). Esses lotes eram divididos entre os donatários em regime de sesmarias, isso é, o donatário tinha como objetivo o cultivo nas terras e, ao final do período, pagava à Coroa a sexta parte dos ganhos ou da produção. Esse sistema perdurou até a promulgação da Resolução de 17 de julho de 1822, que mandou suspender a concessão de sesmarias até a convocação da Assembleia Geral Constituinte. Surge então a lei nº 601, denominada Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (BRASIL, 1850).

Embora essa nova lei autorizasse a venda das terras, o preço ainda estava fora do contexto vivido, onde poucos tinham condições de adquirir um pedaço de terra. A Constituição republicana de 1891, em seu artigo 64, transferiu para os Estados as terras até então de domínio da União, reservando-se a esta as terras de uso público, as terras de marinha e as faixas de fronteira. (SERRA, 2002, p. 238). Somente em 1951, com o governo Getúlio Vargas foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária, que tinha por objetivo estudar e propor ao Presidente da República medidas que visassem ao desenvolvimento agrícola e o bem estar rural. (BRASIL, 1951).

Em 30 de novembro de 1964 surge o Estatuto das Terras, que em seu Art. 1º dispõe: Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola (BRASIL, 1964), tornando o primeiro documento que busca alternativas para viabilizar a reforma agrária no Brasil.

Com a finalidade de regulamentar as ações voltadas à reforma agrária surge inicialmente em 1966, o Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil, não apresentando muito êxito. Em 1970 é criado o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2020).

No ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, fica estabelecida a distinção entre reforma agrária, política agrária e política fundiária (SEDEP, 2021). Essas questões são tratadas no Capítulo III da Constituição “DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA” (BRASIL, 1988). Em 1991, no Estado de São Paulo, foi criado o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), transformado em 1999, pela Lei 10.207, Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, regulamentado pelo Decreto 44.294, de 4 de outubro. (ITESP, 2007):

A criação da Fundação Itesp consolida a experiência institucional paulista na reforma agrária, iniciada no governo de Carvalho Pinto, que elevou São Paulo à condição de modelo nessa área. A Fundação Itesp é sucessora natural e legal de toda uma seqüência de órgãos estaduais ligados às questões agrárias e fundiárias. (ITESP, 2007)

Mesmo com a existência de instrumentos jurídicos que deveriam garantir a organização e qualidade de vida das pessoas moradoras de assentamentos de reforma agrária, muitos são os relatos das dificuldades vividas. Para Bergamasco (1997), embora os

assentamentos representem uma nova forma de produzir e definir as relações sociais de posse de terra, esta nova dinâmica passa por dificuldades para serem compreendidas.

3. O ASSENTAMENTO BELA VISTA

A história do assentamento Bela Vista do Chibarro inicia com a compra das terras pela família Morganti em 1917, iniciando com café sua atividade produtiva e, posteriormente, fundindo com uma usina e virando polo da Usina Tamoio. A família Morganti possuiu até meados de 1969 a posse das terras. Após esse período, o Grupo Silva Gordo fica com o território, de março de 1969 a 1982:

O tempo Morganti, todavia, compreende duas fases: a primeira situa-se entre a aquisição da usina por Pedro Morganti em 1917 e vai até agosto de 1941, quando ocorre o seu falecimento e a segunda vai de agosto de 1941 até março de 1969, período em que a administração da empresa ficou sob o comando dos filhos de Pedro Morganti, especialmente na pessoa do senhor Hélio Morganti. O tempo Morganti, em suas duas fases, é privilegiado na análise. É nesse período, mais precisamente até a década de 50, que é construído o Império Tamoio. (CAIRES, 2011. p. 97).

Pedro Morganti organizou na usina uma infraestrutura para atender às demandas sociais dos trabalhadores, que incluíam construções de lazer e assistência para manter os trabalhadores ligados ao local. (FLORES; FERRANTE; BEZERRA, 2011, p.134). Após o início da administração do Silva Gordo, essa estrutura estável construída pelos Morganti começa a decair. A nova administração Silva Gordo começa a implementação da utilização de maquinário para incrementar a mecanização do trabalho na lavoura. Nesse momento, o modelo administrativo voltado à racionalidade rompe definitivamente com as antigas formas e relações de trabalho (CAIRES, 2011, p. 118). Assim, começou um processo de expulsão dos poucos trabalhadores estáveis que ficaram desde a época da antiga administração (FLORES; FERRANTE; BEZERRA, 2011, p.141). Os primeiros trabalhadores que se desvincularam da Usina foram os trabalhadores mais antigos (CAIRES, 2011, p. 119). A partir de 1977 o Grupo Silva Gordo começa a passar por dificuldades até mesmo para pagamentos dos salários:

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos de salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar na Usina Tamoio passou a ser uma desventura. (CAIRES, 2011, p. 123).

Os trabalhadores da Usina Tamoio entraram em greve pela primeira vez no final de 1981 (FERRANTE, 1984, p.32). Segundo Ferrante (1984), a crise teve uma piora e os trabalhadores, no decorrer de 1981 e 1982, estiveram por mais de 120 dias em greve:

Apesar da existência de uma comissão de apoio, a greve se ressentiu de uma liderança. Isso transpareceu nas dificuldades de organização e de avaliação do próprio movimento, na visão veiculada de ser a intervenção do

Estado a fórmula mágica de solução dos problemas vividos pelos trabalhadores, nos limites da atuação sindical que barrava, direta ou indiretamente, qualquer avanço do movimento. (FERRANTE, 1984, p. 34).

A dificuldade de organização dos trabalhadores se torna um ponto fraco na luta pelos seus direitos. A Usina paralisou suas atividades no final de 1982, deixando muitos trabalhadores sem qualquer tipo de respaldo ou perspectiva:

A decisão de locaute foi tomada quando a Usina ainda tinha em suas terras de 250 a 500 mil toneladas de cana para serem moídas. Formou-se uma comissão inter-sindical de apoio, que provocou mudanças na natureza da luta que vinha sendo empreendida. Para a criação dessa comissão foi relevante o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, apesar de não ter qualquer vínculo legal, em termos de enquadramento sindical com os trabalhadores rurais desta Usina, revelou na prática, durante um tempo, ao menos na proposta de algumas indicações sobre mudanças no encaminhamento do movimento, outro nível de consciência e apontou perspectivas de ser superada a luta geral, e se avançar na luta pela Reforma Agrária. (FERRANTE, 2011, p. 35).

Para FERRANTE (2011) o movimento da Usina Tamoio, a luta pelo recebimento dos salários, por romper o descaso dos patrões e as amarras da justiça é que abriu um espaço para a luta pela terra. A votação para desapropriação das terras deu-se em 1983, porém a efetiva desapropriação somente ocorreu em 13 de abril de 1989 com a reforma agrária submetida pelo INCRA. A criação do assentamento Bela Vista do Chibarro se deu em 24 de julho de 1990, passando a ser um assentamento de reforma agrária:

A Política de Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece:

- * A produção de alimentos básicos.
- * O combate à fome e à pobreza.
- * Promoção da cidadania e da justiça social.
- * A interiorização dos serviços públicos básicos.
- * A redução da migração campo-cidade.
- * A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural. (INCRA, 2021).

As terras cedidas pelo INCRA não podem ser vendidas, arrendadas, emprestadas, alugadas ou cedidas, e, necessariamente, a família assentada precisa comprovar a utilização das terras para geração de renda. O INCRA possui programas como o Terra Forte e Terra Sol para auxílio a essas famílias.

De acordo com Matheus e Feliciano (2021), durante a pandemia o movimento que assentamentos de reforma agrária, como é o caso do Bela Vista, se torna diferente, tomando um cunho mais solidário para com o outro. Segundo os autores descrevem:

As ações realizadas pelos movimentos sociais e populares do campo, da cidade e das florestas, no contexto da pandemia expressam um processo de articulação e estabelecimento de alianças entre estas organizações que diante da situação de calamidade e ausência do poder público exercitam formas de relações humanas baseadas na solidariedade, da cooperação, no atendimento as necessidades básicas da população e do cuidado com a vida.

São práticas que convidam a população a refletir sobre a importância de um processo de reforma agrária como instrumento para alcançar melhorias nas condições no campo e na cidade, principalmente no que se refere ao acesso a alimentos e as condições de produção de alimentos

(qualidade, diversidade, preço, quem os produz, onde e como).
(MATHEUS e FELICIANO, 2021. p.64).

Deve ser realizada a observação do próprio assentamento Bela Vista para chegar em conclusões, pois, o mesmo possui diversas peculiaridades e uma longa história transcorrida, o que causa certa influência no cenário pós pandêmico deste local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas realizadas seguem a metodologia de estudo de casos múltiplos de pesquisa qualitativa individual com cada entrevistado. Segundo Godoy (1995. p. 25), o estudo de caso tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. Para realização da análise buscamos observar todo o processo de entrevistas com detalhes e buscamos entender as respostas apresentadas pelo entrevistado.

A primeira família entrevistada foi representada pela senhora L. Moradora do assentamento Bela Vista e trabalha como cozinheira na creche do assentamento, seu esposo trabalha com a agricultura familiar em seu lote, esta família atende aos critérios estabelecidos pelo INCRA, utilizando suas terras para a produção de verduras e hortaliças, gerando renda para a família. Durante a entrevista fica claro que a renda desta família advinda da agricultura familiar foi prejudicada, e, que um dos fatores que influenciaram a perda da renda neste período ocorreu devido a idade de seus moradores que fazem parte do grupo de risco, podemos afirmar que esta família foi severamente afetada economicamente pela pandemia. A entrevistada ainda complementou que atualmente o seu esposo faz parte da cooperativa (COOPERSOL) junto com moradores do monte alegre e hoje eles entregam para a prefeitura, então hoje ele começou a plantar mais berinjela, couve, abobrinha, porque cada um tem uma quantia e um produto para entregar para a cooperativa. Ele teve que entrar nesta cooperativa

para poder atender alguns programas do governo como o PMAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). Durante os auges da pandemia, a mesma afirmou que não obteve nenhum tipo de auxílio, e, que até mesmo o ITESP que antes realizava ações passou a não realizá-las durante a pandemia.

A segunda família entrevistada foi representada por **E.**, moradora do assentamento e presidente da Associação de Mulheres Camponesas do Assentamento Bela Vista. Por se tratar de representante de associação, a entrevista foi sempre direcionada ao pensar na comunidade, em especial nas mulheres residentes no assentamento. A entrevistada realiza o cultivo de frutas e verduras garantindo a produtividade em seu lote, sua renda é complementada pelas atividades da associação que participa, a existência desta associação garante que outras mulheres tenham uma renda, ajudando assim a diminuir as desigualdades existentes dentro do próprio assentamento. Nesta entrevista a entrevistada informa que antes da pandemia seu maior ponto de venda era dentro da própria UNESP, e, que durante a pandemia um dos maiores problemas enfrentados diz respeito a questões logísticas, pois, assim como muitos moradores, ela não possuía uma alternativa e estrutura para fazer transporte de suas mercadorias diretamente na casa de seus consumidores finais. Ainda durante a pandemia as atividades da Associação foram afetadas devido às normas e restrições sociais, impactando diretamente em sua renda, complementou durante a entrevista a importância da Associação que faz parte, pois a mulher do assentamento é muito desvalorizada e que a Associação oferece outras perspectivas a elas. Durante a pandemia, a renda da entrevistada passou a ser integrada apenas pelas vendas das verduras e frutas que a mesma produz, porém, ela relatou que o proveito de suas terras foi tanto que foi possível realizar doações para instituição que faz marmitas para moradores de rua da cidade.

A terceira entrevista foi realizada com o senhor **M.**, ele é morador do assentamento Bela Vista e participa na feira do produtor aos sábados de manhã na Praça Pedro de Toledo. Assim como as outras entrevistas, o entrevistado é o arrimo da residência onde vive, e relata que a pandemia resultou em uma drástica redução das vendas de seus produtos, por consequência a família começou a produzir menos para não ter perdas. O entrevistado complementou que antes da pandemia ele e sua esposa participavam da feira do produtor que fica dentro do terminal de ônibus em Araraquara, porém achou melhor não participar mais, pois, não se sentia seguro no local, e, que durante os meses de restrições somente utilizou sua aposentadoria e que não teve ajuda de nenhum órgão.

A próxima entrevista foi aqui representada pelo senhor **D.**, morador do assentamento e criador de aves, e como todos os entrevistados ele é o arrimo de sua residência, porém

diferente dos outros moradores a maior utilização de suas terras se direciona para a criação de aves, o que sobra do terreno é realizado plantação de árvores frutíferas para extração de sucos. Para garantir sua renda, ele juntamente com membros de sua família começaram a se organizar para oferecer uma gama de serviços, onde uma pessoa é responsável por cada atividade, de todos os entrevistados somente ele não tem ponto fixo para oferecer seus produtos, toda venda realizada é combinada pelo canal de whatsapp e Facebook, onde a preferência é pelo consumidor buscar o produto. Outra questão que surpreendeu, foi a oferta de serviços como carreto e vendas de planos de internet.

A quinta entrevista foi realizada com a senhora **MN**, moradora do assentamento, ela realiza a produção de artesanatos. Nesta entrevista, diferentemente das anteriores a entrevistada gera sua renda através da venda de artesanatos de crochê, assim desviando das normas do INCRA, ao não produzir em seu lote a família da entrevistada não realiza a função social designada para as terras do assentamento. A mesma alegou diferente dos demais que a pandemia não mudou sua maneira de trabalhar, pois, antes já eram utilizadas as redes sociais para as vendas dos seus produtos, onde a grande maioria é por encomenda, dentre os entrevistados foi única pessoa que recebeu o Auxílio Emergencial vindo do Governo Federal.

As assimilações iniciais nos mostram que todos realmente foram afetados pela pandemia, porém os grupos foram atingidos em intensidades diferentes. Foi observado que um dos fatores em comum dos mais afetados foi a idade do entrevistado ou de membros de sua família, em duas entrevistas foi citado que a idade foi fator condicionante para o agravamento de sua situação na pandemia. Outro fator em comum entre os entrevistados para a piora da situação durante e pós-pandemia refere-se a ser o arrimo da residência onde mora, todos os entrevistados se declararam como sendo o responsável pela renda principal de sua casa. Podemos afirmar que durante a pandemia todos os entrevistados tiveram sua renda reduzida.

Em relação ao recebimento de auxílio vinda do INCRA ou ITESP, todos os entrevistados alegaram que não receberam qualquer auxílio ou até mesmo notícia destes órgãos e que já faz tempo que estes não frequentam ou movem alguma ação dentro do assentamento. O auxílio emergencial advindo do Governo Federal foi recebido por dois dos entrevistados, se projetarmos a proporção para o assentamento resultaria em um número significativo de famílias que receberam este auxílio. Já em relação a Prefeitura Municipal de Araraquara (PMA) podemos notar que sua participação em relação a geração de renda a este assentados é posterior aos auges da pandemia, recentemente a Coordenadoria Executiva da Agricultura vem auxiliando na estruturação e reestruturação de projetos como Programa

Municipal da Agricultura de Interesse Social (PMAIS), a Patrulha Agrícola Mecanizada e as Feiras do Produtor Rural. (Prefeitura de Araraquara, 2022), 2 pessoas entrevistadas já conseguiram participação em programas da Prefeitura.

A questão da cooperação e interação social entre a comunidade, conforme apontado em entrevistas praticamente não houve no período da pandemia, o único relato de auxílio entre as pessoas foi de auxílio e doação que a moradora realizou, porém estas ações foram voltadas para moradores de rua e não para moradores do próprio assentamento. Em relação à saúde física e mental, alguns moradores relatam ter certo receio ainda, porém nenhum identifica algum problema de saúde advindo da pandemia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente a pesquisa revelou traços históricos importantes para a formação da cultura e da dinâmica do assentamento Bela Vista, traços estes que podem ser observados ainda nos dias atuais, e, que sua história de luta ainda é uma questão atual para seus moradores. Evidentemente a pandemia de Covid-19 afetou economicamente esta população, algumas famílias fizeram uso de redes sociais para promover seus produtos e puxar suas vendas na pandemia, porém a utilização desta ferramenta não pode ser generalizada quando sabemos que grande parte dos moradores são de pessoas com maior idade e possuem dificuldade com o manejo das ferramentas eletrônicas. Muitos moradores ainda enfrentam suas adversidades logísticas, pois, com o fechamento dos estabelecimentos e restrições muitos perderam seus pontos de venda.

Dado o exposto, pode se apontar que durante a pandemia o assentamento Bela Vista passou por uma situação diferente da proposta de assentamentos da reforma agrária, onde o combate à fome e a pobreza e a promoção da cidadania e justiça social são defendidos. Conforme apresentado a população do assentamento Bela Vista não recebeu nenhum tipo de auxílio advindo do INCRA ou do ITESP, o que nos faz colocar em pauta a efetividade destes órgãos. Já em relação aos auxílios do Governo Federal alguns moradores tiveram acesso ao Auxílio Emergencial, este auxílio serviu de apoio aos trabalhadores informais que tiveram diminuição em sua renda neste período. Como já apontado nas análises, a Prefeitura Municipal de Araraquara, efetuou ações em dois diferentes períodos para com esta comunidade, a primeira ação realizada foi voltada para o cunho social e de saúde pública, nesta etapa a prefeitura instalou um ponto de vacinação dentro do próprio assentamento, e, em um segundo momento a prefeitura se destaca por suas medidas na tentativa de

restabelecer a fonte de renda das famílias, para isso, a prefeitura busca enquadrar estas famílias em diversos programas e feiras que ocorrem na cidade.

O cenário atual se mostra positivo a retomada do crescimento econômico na cidade como um todo, com a retomada das atividades presenciais e com a vacinação avançada muitos trabalhadores do assentamento vão se enquadrar em um novo ponto ou forma de comercialização da sua produção. Em relação com as interações sociais no assentamento, com as entrevistas podemos notar uma situação preocupante, o relacionamento entre os moradores foi mínimo, e, com já apresentado o local possui uma longa história de luta e ainda existem diversas questões que precisam ser discutidas e colocadas em pauta, a falta deste relacionamento entre a comunidade pode tirar a legitimidade e a força de futuras reivindicações e representações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE FILHO, Clóvis Antunes Carneiro de. **A reforma agrária no Brasil**. 2021. SEDEP. Disponível em: <https://www.sedep.com.br/artigos/a-reforma-agraria-no-brasil/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ANDRADE, Enedina Ferreira de. **A Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Assentamento de Reforma Agrária:: o caso da unidade básica de saúde do assentamento bela vista do chibarro**. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Saúde Pública, Ograma de Pós graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24084/2/ve_Enedina_Ferreira_ENSP_2017.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

ARARAQUARA, v. 15, n. 2, p. 63-86, 14 jul. 2021. Semestral. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/121/107>. Acesso em: 09 nov. 2021

BRASIL. Inca. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Geração de Renda**. 2020. Disponível em: <https://antigo.inca.gov.br/pt/geracao-de-renda.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. Inca. Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - Dd. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília: Coordenação-Geral de Implantação - Ddi - Sistema Sipra, 2021. 333 p. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Inca. **A Política**. 2021. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. . **O Inca**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-inca>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL . **Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2022. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, [s. l], v. 11, p. 37-49, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/rLQDgvFPMLdgsY97bpK5n7c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2022.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. O Assentamento Bela Vista do Chibarro em Tempos Anteriores: vida e trabalho na usina tamoio. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 95-130, 14 jul. 2011. Semestral. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/94/83>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CASSIN, Marcos; VALE, Samila Bernardi do. O ASSENTAMENTO BELA VISTA E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO RURAL E EDUCAÇÃO. **Histedbr**: On-line, Campinas, v. 40, n. 1, p. 219-230, 2011. Mensal. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639847/7410>. Acesso em: 05 jan. 2022.

DIAS, Juliana Luiza Barbosa; BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. **Geotextos**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 89-112, 10 jul. 2021. Mensal. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/geo.v17i1.44588>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/44588>. Acesso em: 05 jan. 2022.

EMBRAPA (Brasil). **Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2464156/agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Lei,obra%20da%20pr%C3%B3pria%20fam%C3%ADlia%2C%20assim>. Acesso em: 29 nov. 2021.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Tamoio:: olha! tem nó na cana. **Perspectivas**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 31-40, 1984. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1820/1488>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social:: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 2, n. 10, p. 357-363, 2005. Mensal. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2021

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Bimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A Luta pela Terra e a Política de Assentamentos Rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 73-98, 2008. Semestral. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/157/157>. Acesso em: 27 nov. 2021.

IBGE (Brasil). **Censo Agro 2017**. 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

IGC (São Paulo). Instituto Geográfico e Cartográfico. **Mapas Individuais das Regiões Administrativas e Metropolitanas**. 2021. Disponível em: http://www.igc.sp.gov.br/produtos/mapas_rad41d.html. Acesso em: 07 nov. 2021.

IMPÉRIO DO BRASIL. Assembleia Legislativa. **Decisões do Governo**. 1. ed. Rio de Janeiro, 26 dez. 1822. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/Legimp-F_63.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

INCRA (Brasília). Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados**: informações gerais sobre os assentamentos da reforma agrária. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 30 nov. 2021.

INCRA (Brasil). **Reforma Agrária**. 2020. Disponível em: [https://antigo.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html#:~:text=A%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20%C3%A9%20o,64%20\(Estatuto%20da%20Terra\)](https://antigo.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html#:~:text=A%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20%C3%A9%20o,64%20(Estatuto%20da%20Terra)). Acesso em: 21 nov. 2021.

ITESP (São Paulo). **Instituição**. 2007. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ITESP (São Paulo). **Instituição**. 2007. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/historico.aspx>. Acesso em: 21 jan. 2021.

LORENZO, Helena Carvalho de *et al.* Limites e Possibilidades para a Dinamização das Atividades Econômicas em Assentamentos de Reforma Agrária no Estado de São Paulo. **Retratos de Assentamentos**,

PAIVA, Camila Capacle. SILVA, Edinho. A **POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA CRIATIVA E SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP**. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise**: Repositório de Conhecimento do IPEA, [S.L.], n. 70, p. 137-152, 4 nov. 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/economiasolidaria1>. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10416>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. Reforma agrária, agroecologia e os desafios para a construção de novas formas de relação sociedade-natureza durante e pós-pandemia. **Retratos de Assentamentos**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 44-67, 2 ago. 2021. Retratos de Assentamentos. <http://dx.doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2021.v24i1.469>. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/469/371>. Acesso em: 19 mar. 2022.

OPAS (Brasília). Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PAIVA, Cláudio César de. PAIVA, Suzana Cristina Fernandes de. **No Brasil, impacto econômico da pandemia será forte e duradouro**. *Jornal da UNESP*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA (Araraquara). **Prefeitura desenvolve projetos para fomentar a agricultura familiar**. 2021. Sessão Trabalho. Disponível em: <https://www.araraquara.sp.gov.br/noticias/2022/marco/02-1/prefeitura-desenvolve-projetos-para-fomentar-a-agricultura-familiar#:~:text=O%20PMAIS%20%C3%A9%20uma%20a%C3%A7%C3%A3o,promover%20o%20acesso%20%C3%A0%20alimenta%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 05 mar. 2022.

SÃO PAULO.. Erick. Governo do Estado de São Paulo. **Melhor Caminho em Araraquara**. 2013. Sessão Agricultura e Abastecimento. Disponível em: <https://agricultura.sp.gov.br/noticias/melhor-caminho-em-araraquara/#:~:text=O%20munic%C3%ADpio%20de%20Araraquara%20recebeu,%2C84%25%20na%20zona%20rural..> Acesso em: 09 nov. 2021.

SERRA, Carlos Alberto Teixeira. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil*. **Alceu**: Revista de Comunicação, Cultura e Política da PUC- Rio, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 231-248, 2003. Semestral. Disponível em: <http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu-n7-Serra.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SILVA, Adriana Maria Risso Caires; LOPES, Mario Marcos; TEIXEIRA, Denilson. **Análise Ambiental do Assentamento Bela Vista do Chibarro (Araraquara/SP)**: legislação incidente, uso e ocupação do solo e percepção ambiental. 2012. 21 f. Uniara, Araraquara, 2012. Cap. 1. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_6/sessao_6A/04_Denilson_Teixeira.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

SILVA, Raimundo Pires. A GESTÃO DO INCRA E A QUESTÃO AGRÁRIA EM SÃO PAULO: período 2003-2010. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 323-336, 14 jan. 2011. Semestral. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/90/79>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SOUSA, Diego Neves de; JESUS, Maria Eduarda Ribeiro de; BERALDO, Keile Aparecida. Impactos da Pandemia de Covid-19 e Estratégias para a Inclusão Produtiva de Agricultores Familiares no Tocantins:: estudo de caso do cooperato. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2021. Anual. Acesso Livre à Informação Científica do EMBRAPA. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1131715>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TONUCCI FILHO, João Bosco; PATRÍCIO, Pedro Araújo; BASTOS, Camila. **Desafios e Propostas para Enfrentamento da COVID-19 nas Periferias Urbanas**:: análise das condições habitacionais e sanitárias dos

domicílios urbanos no brasil e na região metropolitana de belo horizonte. Minas Gerais: Cedeplar, 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/tecnot/tn006.html>. Acesso em: 25 fev. 2022.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 5, p. 01-04, 08 maio 2020. UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3111x00068820>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n5/e00068820/pt/>. Acesso em: 15 nov. 2021.

XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2016, Caxambú. **Condições de Vida e Qualidade de Saneamento Ambiental em Assentamentos de Reforma Agrária Paulista: Representações e Práticas Cotidianas**. Caxambú: Abep, 2016. 16 p. Disponível em: